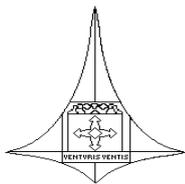




# ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

JULHO /2017



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO  
DISTRITO FEDERAL**

**JULHO/2017**

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	11
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	25
ARRECADAÇÃO DO ISS	26
SÉRIES HISTÓRICAS	35

## **APRESENTAÇÃO**

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de julho e ao período de janeiro a julho de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 10/08/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 03/08/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de julho e no período de janeiro a julho de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 17 de agosto de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

## ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de julho de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.212,6 milhões em valores correntes. No confronto com julho de 2016, aponta-se decréscimo nominal de 4,9%, que corresponde a um decréscimo real de 6,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de julho discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

### DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 10/08/2017

VALORES EM R\$ MIL

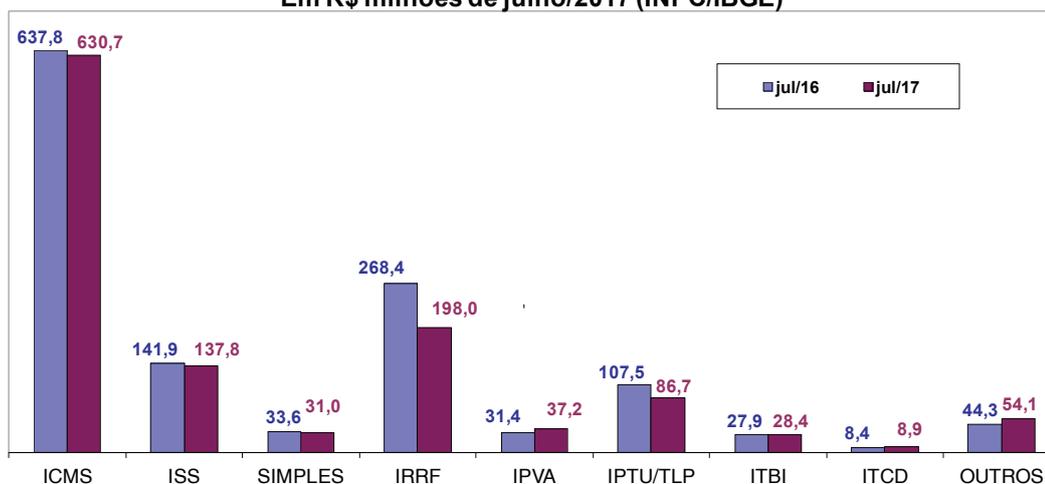
ITEM	jul/17	jul/16	julho/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em julho/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	630.672	624.814	637.794	+5.858	+0,9%	-7.123	-1,1%	52,0%
ISS	137.752	139.054	141.943	-1.301	-0,9%	-4.190	-3,0%	11,4%
SIMPLES	31.000	32.921	33.605	-1.921	-5,8%	-2.605	-7,8%	2,6%
IRRF	197.992	262.926	268.388	-64.934	-24,7%	-70.396	-26,2%	16,3%
IPVA	37.200	30.749	31.388	+6.450	+21,0%	+5.811	+18,5%	3,1%
IPTU/TLP	86.665	105.276	107.463	-18.611	-17,7%	-20.798	-19,4%	7,1%
ITBI	28.366	27.353	27.922	+1.012	+3,7%	+444	+1,6%	2,3%
ITCD	8.855	8.182	8.352	+673	+8,2%	+503	+6,0%	0,7%
Outras Taxas	6.091	6.644	6.782	-554	-8,3%	-692	-10,2%	0,5%
<b>Receita Tributária Total (A)</b>	<b>1.164.593</b>	<b>1.237.919</b>	<b>1.263.638</b>	<b>-73.327</b>	<b>-5,9%</b>	<b>-99.045</b>	<b>-7,8%</b>	<b>96,0%</b>
Dívida Ativa	24.926	21.446	21.891	+3.481	+16,2%	+3.035	+13,9%	2,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	11.830	6.009	6.134	+5.821	+96,9%	+5.696	+92,9%	1,0%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.267	9.328	9.522	+1.940	+20,8%	+1.746	+18,3%	0,9%
<b>Total das Outras Receitas (B)</b>	<b>48.024</b>	<b>36.783</b>	<b>37.547</b>	<b>+11.241</b>	<b>+30,6%</b>	<b>+10.477</b>	<b>+27,9%</b>	<b>4,0%</b>
<b>Total da Arrecadação (A) + (B)</b>	<b>1.212.616</b>	<b>1.274.702</b>	<b>1.301.185</b>	<b>-62.086</b>	<b>-4,9%</b>	<b>-88.569</b>	<b>-6,8%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em julho de 2017 frente a julho de 2016, verificou-se que o IRRF, tributo com a segunda maior participação na receita de origem tributária, decresceu 26,2% (-R\$ 70,4 milhões) e o IPTU/TLP decresceu 19,4% (-R\$ 20,8 milhões). O ICMS, tributo com maior representatividade, decresceu 1,1% (-R\$ 7,1 milhões).

Por outro lado, foram verificados acréscimos de 18,5% no IPVA (+R\$ 5,8 milhões), de 92,9% em Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa (+R\$ 5,7 milhões) e de 13,9% na Receita da Dívida Ativa (+R\$ 3,0 milhões), sendo que as duas últimas receitas estão incluídas no grupo Outros da figura seguinte.

**Arrecadação em julho/2017 contra julho/2016  
Em R\$ milhões de julho/2017 (INPC/IBGE)**



No resultado acumulado no período de janeiro a julho de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 8.880,3 milhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 2,5%, mas a um decréscimo real de 1,2% em relação ao mesmo período de 2016. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

**DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017  
Dados SIGGO em 10/08/2017**

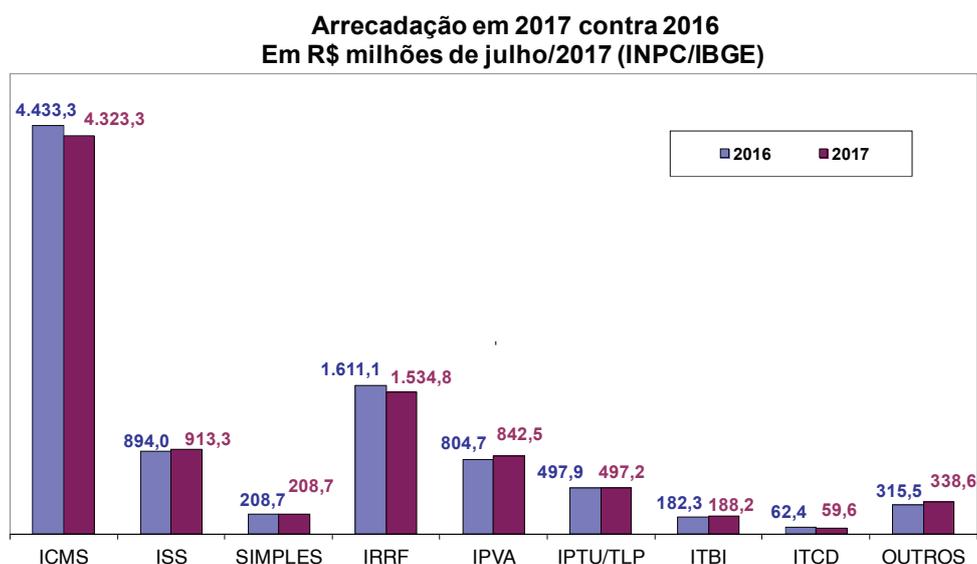
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2017 (a)	2016 (b)	2017 pelo INPC/IBGE (c)	2016 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	4.310.375	4.258.990	4.323.326	4.433.285	+51.385	+1,2%	-109.960	-2,5%	48,5%
ISS	910.532	858.895	913.333	894.021	+51.637	+6,0%	+19.312	+2,2%	10,3%
SIMPLES	208.099	200.405	208.740	208.720	+7.694	+3,8%	+20	+0,0%	2,3%
IRRF	1.530.701	1.549.640	1.534.785	1.611.124	-18.938	-1,2%	-76.339	-4,7%	17,2%
IPVA	839.209	771.114	842.493	804.694	+68.095	+8,8%	+37.799	+4,7%	9,5%
IPTU/TLP	496.473	484.496	497.232	497.942	+11.977	+2,5%	-709	-0,1%	5,6%
ITBI	187.676	175.492	188.183	182.311	+12.184	+6,9%	+5.873	+3,2%	2,1%
ITCD	59.494	59.775	59.646	62.380	-281	-0,5%	-2.734	-4,4%	0,7%
Outras Taxas	46.660	48.024	46.777	49.903	-1.364	-2,8%	-3.126	-6,3%	0,5%
<b>Receita Tributária Total (A)</b>	<b>8.589.219</b>	<b>8.406.830</b>	<b>8.614.515</b>	<b>8.744.379</b>	<b>+182.389</b>	<b>+2,2%</b>	<b>-129.864</b>	<b>-1,5%</b>	<b>96,7%</b>
Dívida Ativa	172.397	156.400	172.839	162.589	+15.996	+10,2%	+10.250	+6,3%	1,9%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	58.715	46.558	58.854	48.390	+12.157	+26,1%	+10.464	+21,6%	0,7%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	59.953	52.574	60.117	54.609	+7.379	+14,0%	+5.508	+10,1%	0,7%
<b>Total das Outras Receitas (B)</b>	<b>291.065</b>	<b>255.533</b>	<b>291.810</b>	<b>265.588</b>	<b>+35.532</b>	<b>+13,9%</b>	<b>+26.222</b>	<b>+9,9%</b>	<b>3,3%</b>
<b>Total da Arrecadação (A) + (B)</b>	<b>8.880.283</b>	<b>8.662.362</b>	<b>8.906.325</b>	<b>9.009.967</b>	<b>+217.921</b>	<b>+2,5%</b>	<b>-103.642</b>	<b>-1,2%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte:SIGGO.

Na comparação acumulada no período de janeiro a julho de 2017 com o correspondente período de 2016, observam-se acréscimos reais de 4,7% do

IPVA (+R\$ 37,8 milhões), de 2,2% do ISS (+R\$ 19,3 milhões), e de 3,2% do ITBI (R\$ 5,9 milhões). Quanto às Outras Receitas de Origem Tributária, é relevante o acréscimo do grupo de 9,9% (R\$ 26,2 milhões), com destaque para o acréscimo de 21,6% (R\$ 10,5 milhões) de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa. Por outro lado, foram registradas quedas reais de arrecadação de 2,5% do ICMS (- R\$ 110,0 milhões) e de 4,7% do IRRF (-R\$ 76,3 milhões). O gráfico abaixo ilustra a comparação acumulada do período de janeiro a julho.



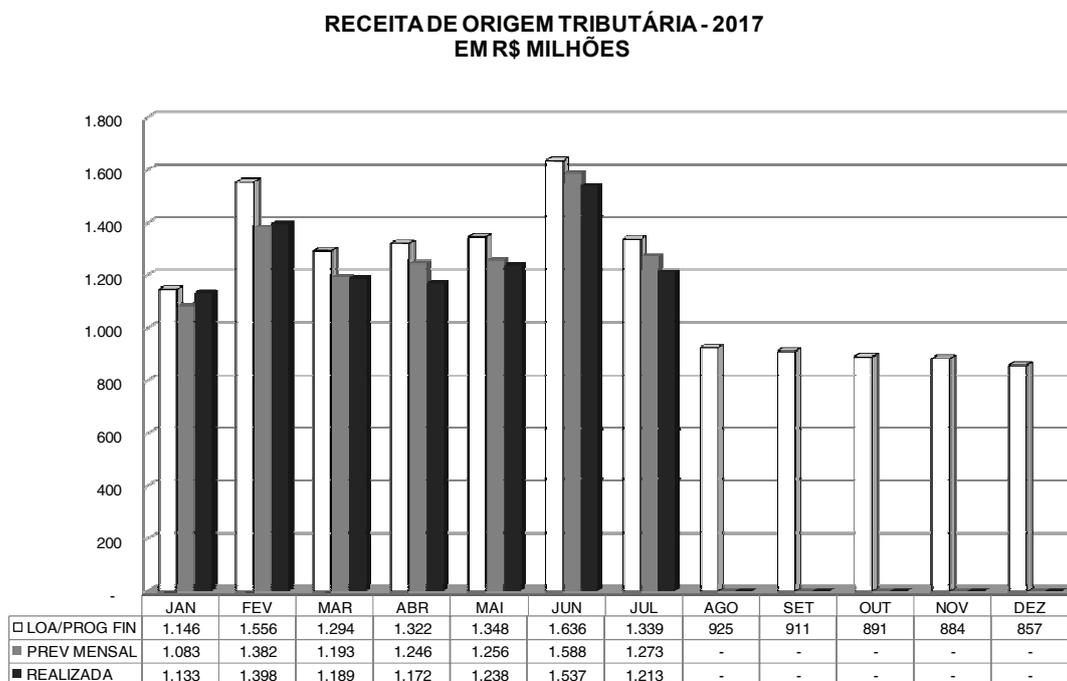
O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras – registrou queda de 0,15% entre junho e julho de 2017. Trata-se do quinto mês consecutivo com redução nominal de preços no ano, resultando em uma queda acumulada de 0,38% no preço dos imóveis residenciais em 2017. Individualmente, 12 das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo nominal no preço de venda dos imóveis entre junho e julho, destacando-se o Rio de Janeiro (-0,53%), o Distrito Federal (-0,47%) e Salvador (-0,45%).

Considerando os últimos 12 meses, o Índice FipeZap registra alta de 0,10%, face à inflação acumulada de 2,62% para o período. Nesse horizonte de análise, nove das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo nominal no preço de venda, entre elas, Rio de Janeiro (-2,59%), Niterói (-2,45%) e Distrito Federal (-2,32%).

Em julho de 2017, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.654/m<sup>2</sup>. Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m<sup>2</sup> mais caro do país (R\$ 10.028), seguida por São Paulo (R\$ 8.680) e Distrito Federal (R\$ 8.345).

Em que pese a tendência de queda nos preços de imóveis residenciais, a arrecadação do ITBI no DF continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 3,2% (+R\$ 5,9 milhões) no acumulado do período de janeiro a julho de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em julho de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 60,3 milhões, que correspondeu a um desvio negativo de 4,7% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de julho, ocorreu frustração de R\$ 126,3 milhões. Foram discriminados os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, sendo que os negativos mais relevantes foram o ICMS (R\$ 51,8 milhões), o IRRF (R\$ 76,9 milhões) e o IPTU/TLP (R\$ 35,9 milhões), conforme quadro abaixo.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JULHO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	588.903	682.428	630.672	41.768	(51.756)
ISS	126.868	131.679	137.752	(1.529)	(2.270)
SIMPLES	32.529	33.270	31.000	(1.529)	(2.270)
IRRF	274.879	274.879	197.992	(76.887)	(76.887)
IPVA	46.296	11.920	37.200	(9.096)	25.279
IPTU/TLP	115.794	122.576	86.665	(29.129)	(35.911)
ITBI	32.407	31.143	28.366	(4.041)	(2.777)
ITCD	8.284	8.166	8.855	571	689
OUTRAS TAXAS	6.942	6.901	6.091	(851)	(810)
<b>RECEITA TRIB TOTAL</b>	<b>1.232.900</b>	<b>1.302.961</b>	<b>1.164.593</b>	<b>(68.308)</b>	<b>(138.369)</b>
DÍVIDA ATIVA	25.333	25.694	24.926	(407)	(767)
M/J DÍVIDA ATIVA	5.283	5.592	11.830	6.547	6.238
M/J TRIBUTOS	9.403	4.624	11.267	1.865	6.644
<b>TOTAL OUTRAS REC</b>	<b>40.019</b>	<b>35.910</b>	<b>48.024</b>	<b>8.005</b>	<b>12.114</b>
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>	<b>1.272.919</b>	<b>1.338.871</b>	<b>1.212.616</b>	<b>(60.303)</b>	<b>(126.255)</b>

No acumulado do período de janeiro a julho de 2017, conforme o quadro seguinte, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R\$ 140,4 milhões, explicado em larga medida pelos desvios negativos ocorridos com o IRRF (-R\$ 202,6 milhões), o IPTU/TLP (-R\$ 29,3 milhões), o ITBI (-R\$ 22,7 milhões) e o SIMPLES (-R\$ 18,1 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o IPVA (+R\$ 78,8 milhões), o ICMS (+R\$ 6,5 milhões) e o ISS (+ 6,2 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista acumulada no período de janeiro a julho de 2017 para LOA/Programação Financeira com a receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 760,3 milhões. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 440,3 milhões), no IRRF (-R\$ 202,6 milhões) e no IPVA (-R\$ 43,0 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,32% utilizado na previsão mensal de julho de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF contribuem para o desvio observado. Quanto ao IPVA, a mudança de calendário de pagamento do imposto em 2017 explica o desvio obtido.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A JULHO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	4.303.919	4.750.662	4.310.375	6.456	(440.287)
ISS	904.314	909.490	910.532	6.218	1.042
SIMPLES	226.212	233.022	208.099	(18.113)	(24.923)
IRRF	1.733.285	1.733.285	1.530.701	(202.584)	(202.584)
IPVA	760.431	882.192	839.209	78.778	(42.983)
IPTU/TLP	525.785	559.866	496.473	(29.312)	(63.393)
ITBI	210.353	205.719	187.676	(22.677)	(18.042)
ITCD	52.769	60.659	59.494	6.725	(1.165)
OUTRAS TAXAS	48.833	50.445	46.660	(2.173)	(3.785)
<b>RECEITA TRIB TOTAL</b>	<b>8.765.900</b>	<b>9.385.339</b>	<b>8.589.219</b>	<b>(176.682)</b>	<b>(796.120)</b>
DÍVIDA ATIVA	164.095	172.398	172.397	8.302	(1)
M/J DÍVIDA ATIVA	41.210	47.675	58.715	17.505	11.041
M/J TRIBUTOS	49.495	35.134	59.953	10.457	24.819
<b>TOTAL OUTRAS REC</b>	<b>254.801</b>	<b>255.206</b>	<b>291.065</b>	<b>36.264</b>	<b>35.859</b>
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>	<b>9.020.701</b>	<b>9.640.545</b>	<b>8.880.283</b>	<b>(140.417)</b>	<b>(760.262)</b>

## CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	jun/16	mai/17	jun/17	acum. ano	últ. 12 meses	Projeção 2017
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,35%	0,31%	-0,23%	1,18%	3,00%	
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,11%	0,24%	-0,22%	1,23%	4,05%	nd
SELIC - Meta (2)	Em % a.a.	BACEN	14,25%	10,25%	9,25%			7,50%
PIB BRASIL (1)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN						0,34%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	0,09%	-0,37%	0,50%	1,79%	0,66%	nd
Taxa de desemprego no DF	Em %	CODEPLAN	19,0%	20,4%	19,9%			nd
Índice FipeZap Ampliado (preço venda imóvel resid.)	variação %	Fipe	-0,08%		-0,15%	-0,38%	0,10%	nd
Índice FipeZap DF (preço venda imóvel residencial)	variação %	Fipe	-0,07%	-0,60%	-0,47%	-1,46%	-2,32%	nd
Preço médio imóvel residencial anunciado DF	R\$/m <sup>2</sup>	Fipe	8.572	8.385	8.345			nd
Venda combustíveis DF	var % mês/mês ant	ANP	0,01%	9,24%	-0,92%	-0,35%	-2,86%	nd
Produção industrial Brasil (1)	var % mês/mês ant	IBGE	1,76%	1,17%	0,00%	1,17%	1,6%	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-0,7%	-0,7%	220,0%	1,6%	0,4%	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-8,0%	9,8%	10,1%	1,3%	-2,1%	nd
Consumo de energia elétrica (Centro-Oeste)	MWh	EPE	-2,17%	-1,48%	0,25%	0,56%	-1,54%	nd
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabrave	2,71%	24,65%	-0,31%	20,57%	3,19%	nd
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv	2,82%	31,85%	-1,83%	-0,48%	-9,55%	nd

Notas: (1) Projeção para 2017 divulgada no Boletim Focus de 11/08/2017;

(2) Projeção para 2017 divulgada no Boletim Focus de 11/08/2017. Fator acumulado para o realizado em 2017 e nos últimos 12 meses.

(3) Os índices FipeZap e o preço médio do imóvel referem-se ao mês seguinte.

## PIB

A mediana das expectativas dos economistas de instituições financeiras coletadas pelo Banco Central (BC) e divulgada no Boletim Focus divulgado em 14 de agosto para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 manteve-se em 0,34%, a mesma de cinco semanas. Considerando os dois anos seguidos de fortes retrações do PIB (3,6% em 2016 e 3,8% em 2015), segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um tímido mas significativo crescimento. Para 2018 foi mantida a projeção de crescimento de 2% pela sexta semana.

## **IBC-Br**

Em 17 de agosto, o Banco Central divulgou que a economia brasileira continuou a crescer no segundo trimestre deste ano, mas num ritmo mais lento, de acordo com o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), que registrou crescimento de 0,25% entre abril e junho quando comparado com o primeiro trimestre de 2017 (janeiro a março). O resultado foi calculado após ajuste sazonal, uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes de um ano. Esse foi o segundo trimestre seguido de alta no indicador, uma vez que no primeiro trimestre o IBC-Br apontou alta de 1,21% no PIB brasileiro no cálculo revisado pelo BC.

Os números do BC mostram que o nível de atividade avançou em quatro dos seis primeiros meses deste ano: janeiro (0,54%), fevereiro (1,42%), abril (0,19%) e junho (0,50), tendo sido registradas quedas em março (-0,48%) e maio (-0,37%).

O resultado do mês, no entanto, ficou abaixo da média das previsões feitas pelas 21 instituições financeiras ouvidas pelo jornal Valor Econômico, que sugeria alta de 0,76%, variando de 0,2% a 1,4%. Para o trimestre, a estimativa das 17 instituições consultadas era de avanço de 0,25%, exatamente o número observado.

O comportamento do indicador no mês de junho foi influenciado pela estabilidade da produção industrial, aumento de 1,2% do varejo e alta de 1,3% do volume de serviços.

## **IPCA**

Em 9 de agosto o IBGE divulgou que o IPCA teve variação de 0,23% no mês de julho em relação a junho, sendo o menor resultado para julho desde 2014, quando o índice ficou em 0,01%.

No acumulado em 12 meses, o índice foi para 2,71%, abaixo do piso da meta de inflação estipulada pelo governo pela primeira vez desde março de 2007, nesta base de comparação. O piso da meta é de 3% ao ano (1,5 ponto percentual abaixo do centro da meta, que é de 4,5% ao ano). Este patamar foi o menor para 12 meses desde fevereiro de 1999, quando o índice

acumulou 2,24%. De janeiro a julho a variação do IPCA foi de 1,43%, bem abaixo dos 4,96% registrados em igual período do ano passado.

A estimativa mediana para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2017, considerado o índice oficial de inflação, que mede a inflação para as famílias com rendimentos mensais entre um e 40 salários mínimos, divulgada no relatório Focus do Banco Central no dia 14 de agosto, subiu de 4,37% (há quatro semanas) para 4,50%.

Assim, como a meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 4,5%, manteve-se a expectativa de que a inflação deste ano ficará abaixo da meta central para o ano, o que não acontece no Brasil desde 2009, quando encerrou em 4,31% e o centro da meta do governo também era de 4,50%.

## **SELIC**

Ao final da reunião de 26 de julho, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, por unanimidade, baixar os juros básicos da economia brasileira de 10,25% para 9,25% ao ano. Com esse corte, o sétimo seguido, os juros recuam ao patamar de um dígito, algo que não acontecia desde o final de 2013, ou seja, em quase quatro anos.

No Boletim Focus divulgado em 14 de agosto, a previsão dos economistas das instituições financeiras é de que a taxa básica de juros continue a recuar nos próximos meses e chegue a 8% ao ano no final de 2017, permanecendo nesse patamar também em 2018.

## **TAXA DE DESEMPREGO**

No trimestre encerrado em junho o desemprego ficou em 13,0%, segundo dados divulgados pelo IBGE, por meio da pesquisa Pnad Contínua. No período, o Brasil tinha 13,5 milhões de desempregados.

Trata-se de um recuo de 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre terminado em março de 2017. Ao olhar esta base de comparação, foi a primeira queda estatisticamente importante desde o trimestre terminado em dezembro de 2014, de acordo com o Instituto.

Frente ao mesmo trimestre de 2016, entretanto, a taxa continua 1,7 ponto percentual maior, já que a taxa estava em 11,3%.

Em relação ao trimestre móvel encerrado em março, a população desocupada recuou 4,9%, passando de 14,1 milhões de desempregados para 13,5 milhões. Embora tenha sido a primeira redução desde o trimestre terminado em dezembro de 2014, a desocupação ficou 16,4% acima do mesmo trimestre de 2016, segundo o IBGE.

No Distrito Federal a taxa de desemprego total, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), passou de 20,4% em maio para 19,9% em junho, quando o número total de desempregados foi estimado em 329 mil (redução de 9 mil pessoas em relação ao mês anterior). De acordo com a pesquisa, divulgada em 27 de julho pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), no mês em análise o nível de ocupação registrou estabilidade em relação ao mês anterior, permanecendo em 1.320 mil pessoas. Setorialmente, esse resultado decorreu de aumentos na Construção Civil (+ 4 mil pessoas), na Indústria de Transformação (+ 2 mil), no Comércio (+3 mil) e na Administração Pública (+ 3 mil) e de redução nos Serviços (-10 mil).

Entre junho de 2016 e junho de 2017 a taxa de desemprego total aumentou, passando de 18,0% para 19,9%, tendo o número de desempregados aumentado em 50 mil pessoas.

### **ARRECAÇÃO DO ICMS**

No mês de julho de 2017, a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 630,7 milhões em valores correntes, que representa um acréscimo de 0,9% em relação ao mês de julho de 2016, contudo apresentando queda real de 1,1%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do primeiro semestre de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 4.310,4 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 1,2%, mas decréscimo real de 2,5% em relação ao mesmo período de 2016.

Em julho de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 157.434 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Do total de inscritos, 87,3% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.860 e 91.584 contribuintes, respectivamente.

Observa-se este mês que houve aumento de 222 contribuintes do ICMS do Regime Normal de Apuração, e continua aumentando o número de contribuintes nos Regimes Simplificados, com 886 contribuintes na modalidade SIMEI e de 145 contribuintes no Simples Nacional.

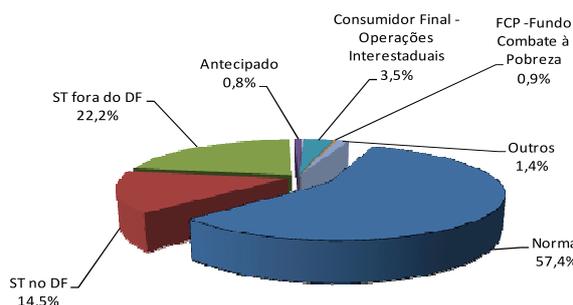
Neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em quase todas as Agências de Atendimento, com exceção apenas da Agencia Empresarial que registrou uma pequena queda.

NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	11	5	3		1	1	1	30
2) Regime Normal de Apuração	556	3.556	1.216	1.873	1.236	449	2.265	593	3.313	154	15.211
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	5	208	6	114	1	2	47	2	48		433
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		5		20
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.285	15.847	13.609		13.528	5.536	8.203	5.708	21.860	2.008	91.584
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.117	11.382	4.664	8	4.641	1.955	5.931	2.332	12.186	644	45.860
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				947							947
10) Telecomunicações-Centralizada				64							64
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF ( E-Commerce)	7	13	9	3.208	5		2		5		3.249
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			1		1		4
<b>TOTAL</b>	<b>7.971</b>	<b>31.010</b>	<b>19.509</b>	<b>6.271</b>	<b>19.416</b>	<b>7.945</b>	<b>16.450</b>	<b>8.636</b>	<b>37.419</b>	<b>2.807</b>	<b>157.434</b>
<b>PARTICIPAÇÃO</b>	<b>5,06%</b>	<b>19,70%</b>	<b>12,39%</b>	<b>3,98%</b>	<b>12,33%</b>	<b>5,05%</b>	<b>10,45%</b>	<b>5,49%</b>	<b>23,77%</b>	<b>1,78%</b>	<b>100,00%</b>
<b>aumento mês atual sobre o mês anterior</b>	<b>0,73%</b>	<b>1,10%</b>	<b>0,81%</b>	<b>-0,27%</b>	<b>0,63%</b>	<b>0,75%</b>	<b>0,98%</b>	<b>0,61%</b>	<b>0,85%</b>	<b>0,65%</b>	<b>0,81%</b>

Fonte: CCALT/SUREC, em 31/07/2017.

Analisando a composição do ICMS por situação de recolhimento em julho de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 57,4%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 36,7%, representando quase 95% da receita total do imposto.

### ICMS por Situação de Recolhimento julho de 2017



Delineando o decréscimo real de R\$ 7,1 milhões na receita total do ICMS em julho de 2017 na comparação com julho de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, depreende-se que a queda real de R\$ 32,7 milhões registrada no ICMS Normal influenciou o desempenho negativo do imposto para o mês, ao superar os acréscimos na substituição tributária interna e externa, que juntas totalizaram aumento real de R\$ 28,7 milhões. Ademais, registraram quedas o ICMS Antecipado (-R\$ 5,6 milhões) e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCP (-R\$ 4,4 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO <sup>1</sup>						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (jul/17)
	jul/17	jan - jul/17	jul/16	jan - jul/16		
Normal	362.223	2.526.182	394.892	2.754.489	-8,3%	57,4%
ST no DF	91.370	603.249	79.282	542.525	15,2%	14,5%
ST fora do DF	139.776	928.409	123.157	853.142	13,5%	22,2%
Antecipado	5.141	48.607	10.783	96.085	-52,3%	0,8%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	22.150	125.307	15.622	82.152	41,8%	3,5%
FCP <sup>2</sup>	1.359	30.716	5.806	35.854	-76,6%	0,2%
Outros <sup>3</sup>	8.653	60.855	8.252	69.038	4,9%	1,4%
<b>Total da Arrecadação</b>	<b>630.672</b>	<b>4.323.326</b>	<b>637.794</b>	<b>4.433.285</b>	<b>-1,1%</b>	<b>100,0%</b>

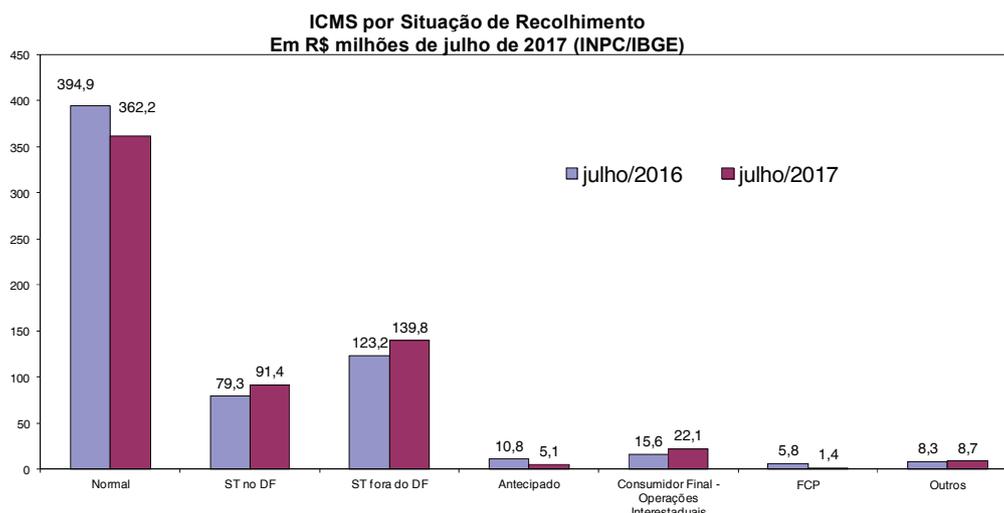
Fonte: SIGGO (10/05/2017) e QlikView (14/08/2017) - FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

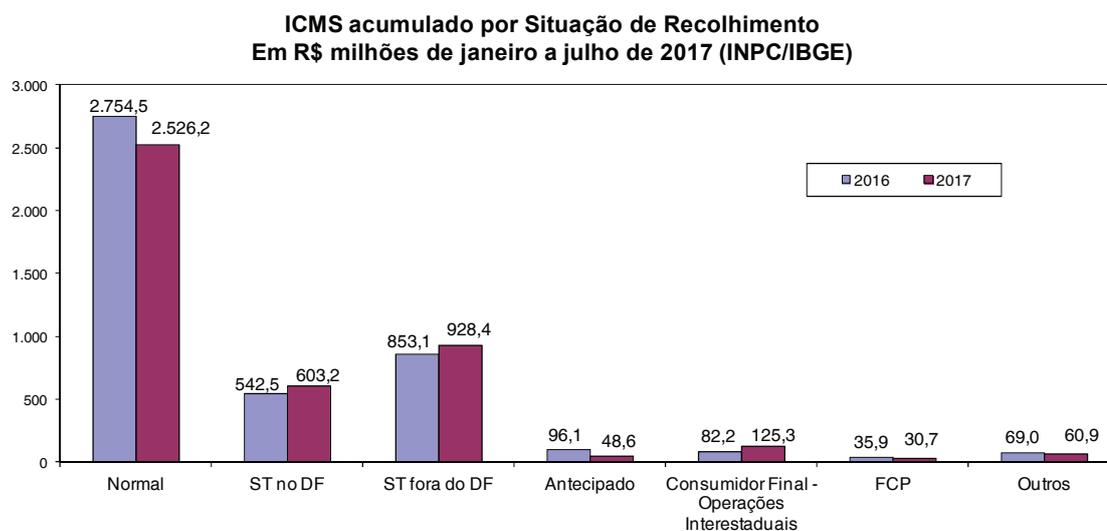
3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de julho de 2017 com igual mês de 2016.

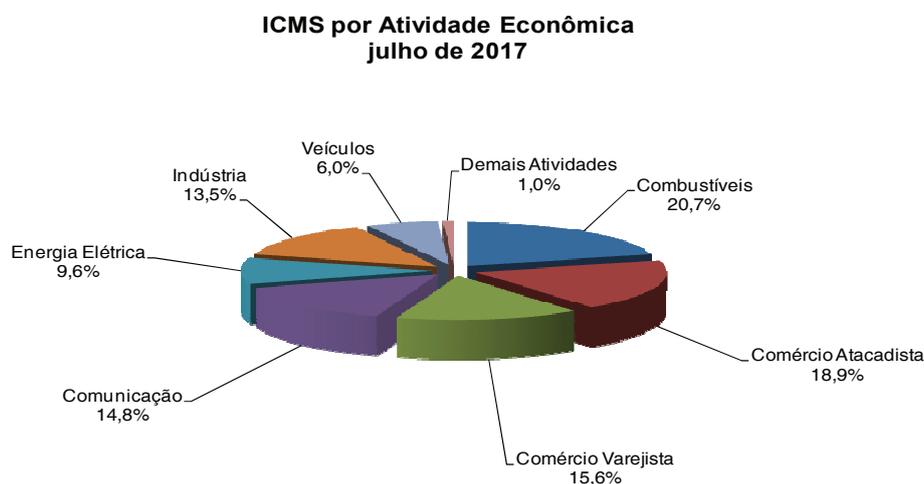


Quanto à análise acumulada no ano de 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 110,0 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. Alinhado com o comportamento apresentado na apuração mensal, constataram-se perdas reais no ICMS Normal (-R\$ 228,3 milhões) e Antecipado (-R\$ 47,5 milhões), ao passo que contabilizaram expansões as modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 75,3 milhões), Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 60,7 milhões) e Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 43,2 milhões).

A figura seguinte ilustra a comparação acumulada de janeiro a julho de 2017 frente a igual período de 2016.

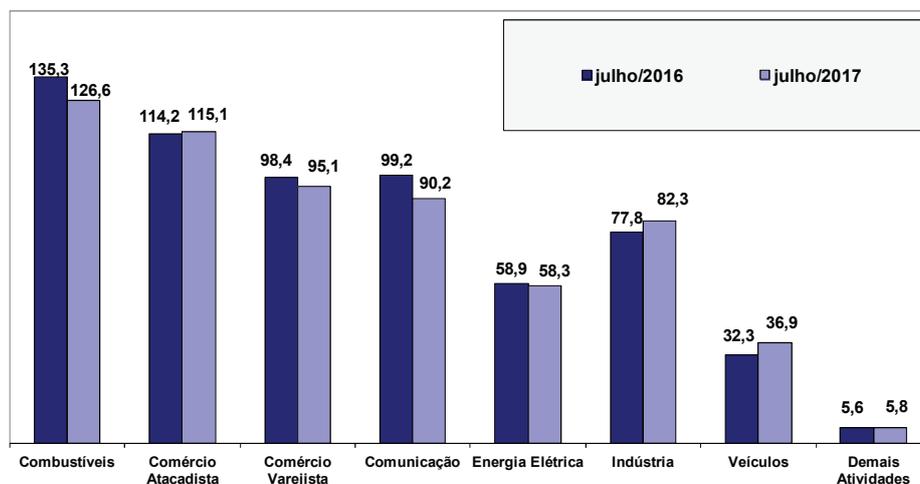


No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em julho de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 20,7%, seguido pelos Comércios Atacadista, Varejista e Comunicação, com 18,9%, 15,6% e 14,8%, respectivamente.



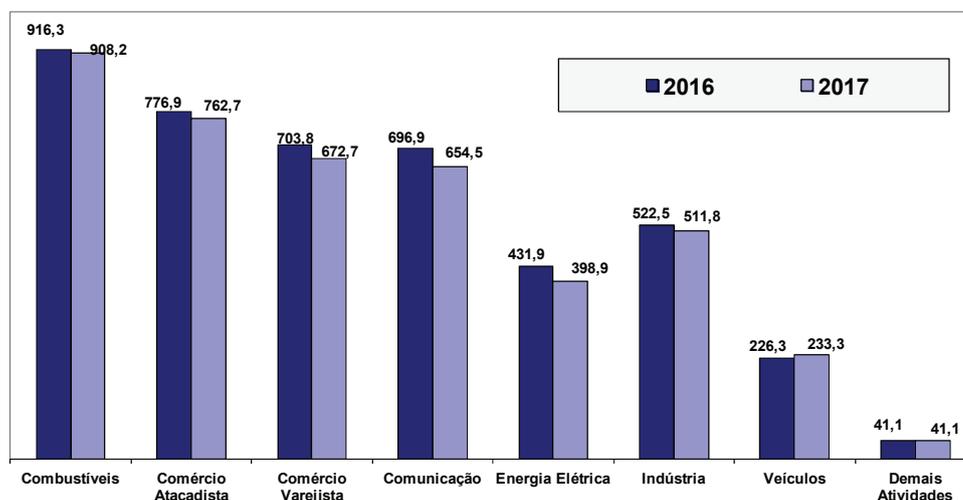
Na avaliação do desempenho real da receita de julho de 2017 frente a correspondente mês de 2016, depreende-se que as quedas consignadas nos segmentos de maior representatividade na receita do ICMS acabaram por determinar o desempenho negativo do imposto. Dentre as principais quedas destacam-se as registradas em Comunicação (-R\$ 9,0 milhões), Combustíveis (-R\$ 8,7 milhões) e Comércio Varejista (-R\$ 3,4 milhões). Por outro lado, contabilizaram expansões reais os segmentos Veículos (+R\$ 4,5 milhões) e Indústria (+R\$ 4,5 milhões).

**ICMS por Atividade Econômica**  
**Em R\$ milhões de julho/2017 (INPC/IBGE)**



Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a julho de 2017 em relação a igual período de 2016, houve acréscimo de arrecadação apenas no segmento Veículos (+R\$ 7,0 milhões). As maiores perdas reais se deram em Comunicação (-R\$ 42,4 milhões), Energia Elétrica (-R\$ 32,9 milhões) e Comércio Varejista (-R\$ 31,1 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica**  
**2017 contra 2016 (acumulado de jan a jul)**  
**Em R\$ milhões de julho/2017 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de julho de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos períodos de janeiro a julho de 2017 e de 2016; suas variações reais, mensal e acumulada; e a composição da arrecadação em julho de 2017.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS <sup>1</sup>								
ITEM	Valores Reais <sup>2</sup> (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (julho/2017)	
	jul/17	jan-jul/17	jul/16	jan-jul/16	jul/17	jan-jul/17		
					jul/16	jan-jul/16		
Combustíveis	126.573	908.153	135.271	916.307	-6,4%	-0,9%	20,7%	
Comércio Atacadista	115.135	762.681	114.165	776.866	0,9%	-1,8%	18,9%	
Comércio Varejista	95.064	672.705	98.437	703.804	-3,4%	-4,4%	15,6%	
Comunicação	90.186	654.464	99.174	696.883	-9,1%	-6,1%	14,8%	
Energia Elétrica	58.312	398.933	58.922	431.879	-1,0%	-7,6%	9,6%	
Indústria	82.296	511.819	77.823	522.525	5,7%	-2,0%	13,5%	
Veículos	36.857	233.269	32.346	226.301	13,9%	3,1%	6,0%	
Demais Atividades	5.825	41.054	5.561	41.052	4,7%	0,0%	1,0%	
<b>TOTAL</b>	<b>610.249</b>	<b>4.183.078</b>	<b>621.699</b>	<b>4.315.617</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>100,0%</b>	

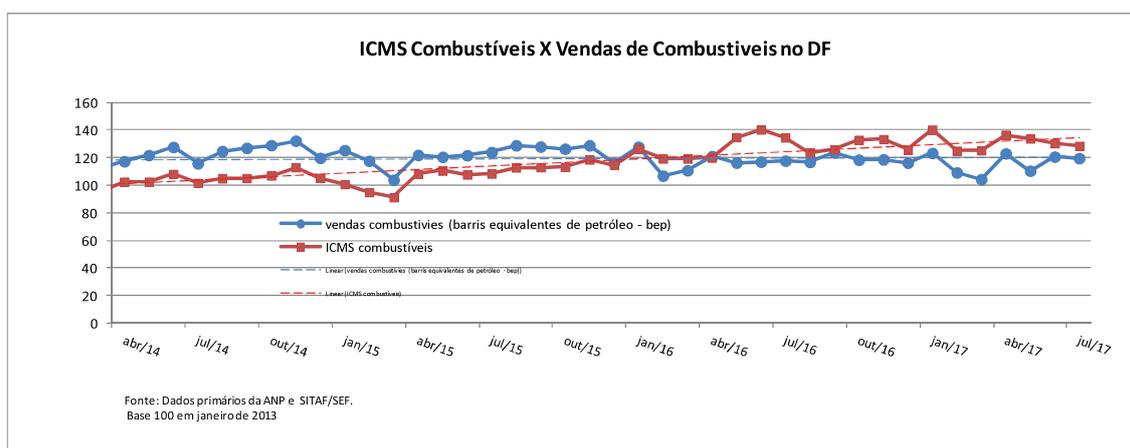
Fonte: SITAF.  
Notas: 1. Valores sem incentivado.  
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

## DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

### COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de julho, observa-se uma leve queda tanto na venda de combustíveis quanto na arrecadação do ICMS. No entanto, a tendência na arrecadação do imposto aponta para crescimento.

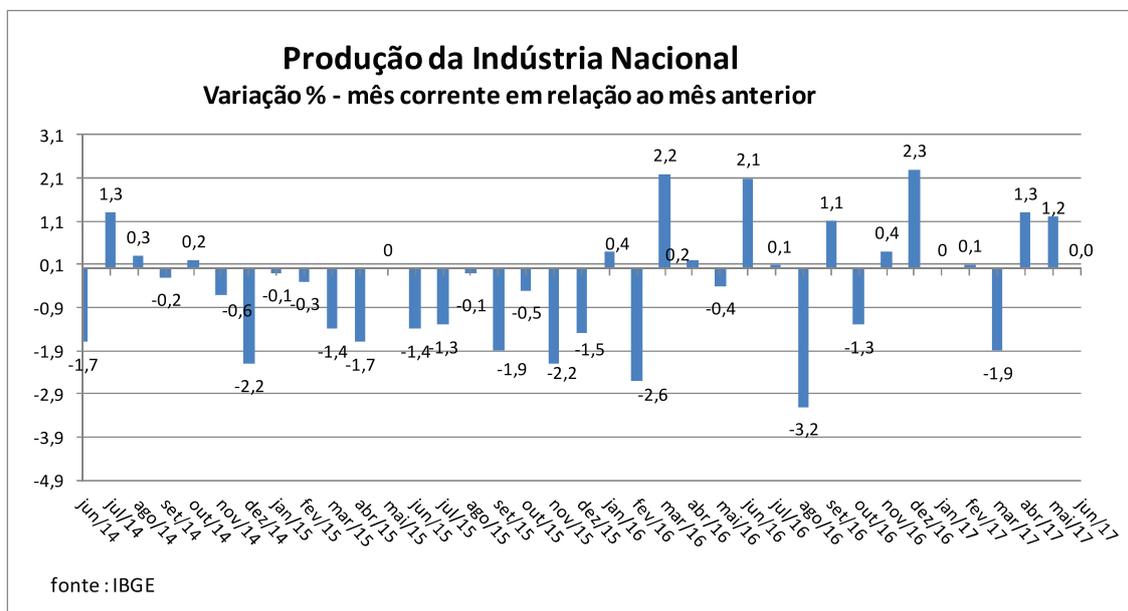


Quanto à arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela apresentada da arrecadação do ICMS por atividades selecionadas, o resultado é decréscimo de 6,4% para o mês de julho de 2017, registra-se expansão e queda de 0,9% no desempenho acumulado de 2017.

### INDÚSTRIA

Após dois meses seguidos de alta, a produção da indústria brasileira ficou estável em junho ante o mês anterior, com variação nula (0,0%) na série sem influência sazonal, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresentados na figura seguinte. Nos seis primeiros meses do ano, porém, o setor acumulou alta de 0,5%. Foi o melhor

fechamento do semestre desde 2013, quando a variação acumulada no ano ficou em 3%, embora deva ser ressaltado que ele tem como base de comparação o resultado negativo de 8,8% do primeiro semestre do ano passado.



Dos 24 ramos analisados pelo IBGE, a categoria de bens duráveis foi a que teve maior queda na produção entre as grandes categorias econômicas na comparação com o mês imediatamente anterior ao recuar 6,0%, eliminando parte do avanço de 9,5% acumulado nos meses abril e maio. As principais influências negativas vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (-3,9%), produtos farmacêuticos e farmoquímicos (-9,2%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,7%).

Por outro lado, entre os nove ramos que ampliaram a produção em junho, o desempenho de maior importância para a média global foi assinalado por produtos alimentícios (4,5%), segundo resultado positivo consecutivo. Outros destaques positivos sobre o total nacional vieram de máquinas e equipamentos (2,0%) e de bebidas (1,7%), cabendo ressaltar que essas atividades também mostraram taxas positivas em maio último, com 2,0% e 1,3%, respectivamente.

Na comparação com junho de 2016, no entanto, o ramo de bens de consumo duráveis apresentou crescimento de 5%, sendo o oitavo resultado positivo seguido nesta base de comparação. Também no confronto com igual mês do ano anterior, bens de consumo duráveis (5,0%) assinalou, em junho de 2017, a expansão mais acentuada entre as grandes categorias econômicas.

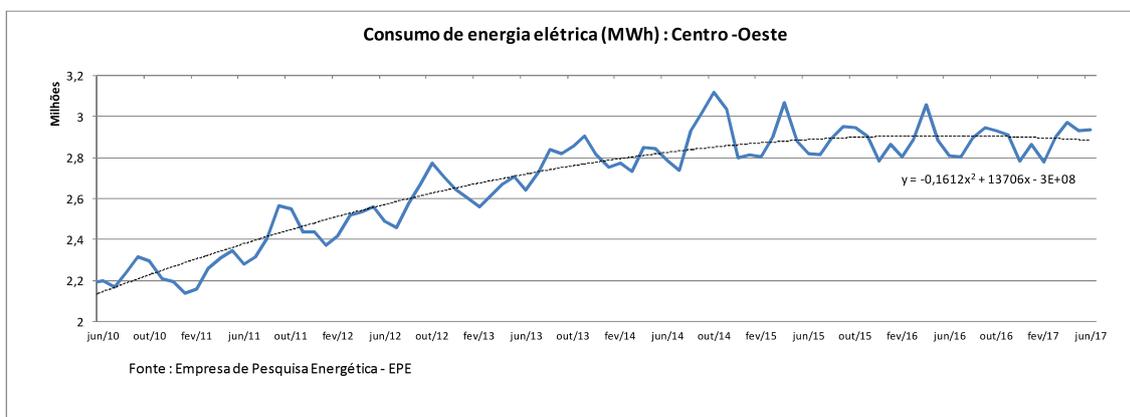
Por outro lado, o setor produtor de bens de consumo semi e não-duráveis, com redução de 1,8%, apontou a única taxa negativa.

Quanto à arrecadação do ICMS Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2017 foi de acréscimo de 5,7% na comparação com o mesmo mês em 2016, e queda de 2,0% no resultado acumulado do período de janeiro a julho de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

## ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica na rede totalizou 37.816 GWh em junho, volume 1,1% acima do nível registrado nesse mês em 2016, de acordo com Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica publicada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Embora o Centro-Oeste tenha sido a única entre as cinco regiões do país a registrar desempenho positivo no mercado de eletricidade nos seis primeiros meses do ano, com elevação de 1,1%, conforme figura abaixo, o Distrito Federal registrou queda de 3,0% enquanto os demais Estados registraram elevação.



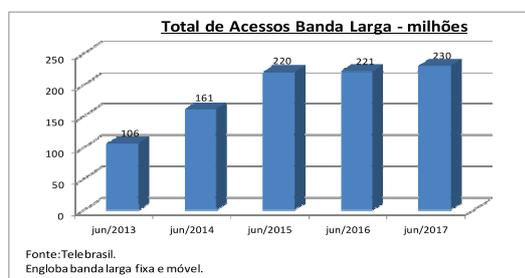
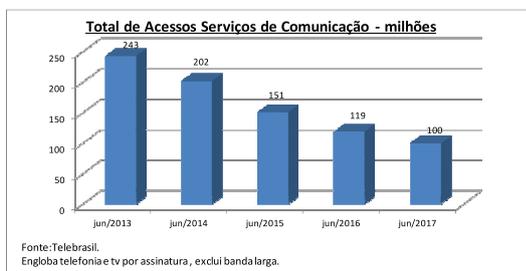
Chama também atenção o fato de que o mercado cativo das distribuidoras exibiu redução de 5,2% em junho e de 5,9% em 12 meses, enquanto o consumo livre aumentou 18,0% no mês e 17,7% em 12 meses. Grandes consumidores de energia elétrica (demanda acima de 500 kW) optam pelo Ambiente de Contratação Livre (ACL) devido à economia e à previsibilidade de preço proporcionada em relação ao modelo do mercado cativo (compra exclusiva da distribuidora).

Quanto à arrecadação do ICMS Energia Elétrica no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2017 foi de decréscimo de 1,0% na comparação com o mesmo mês em 2016, acompanhando a queda do consumo, como também decréscimo de 7,6% no resultado acumulado do período de janeiro a julho de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

## COMUNICAÇÃO

Conforme dados da Telebrasil apresentados na figura abaixo, o total de acessos de serviços de comunicação a nível nacional, que engloba telefonia e TV por assinatura, excluindo banda larga, vem apresentando uma trajetória declinante, ao comparar o mês de junho de 2017 com o mesmo mês em anos anteriores. Esse resultado é fruto da trajetória declinante nos acessos de telefonia fixa, que vem decrescendo desde junho de 2014, e móvel, que também vem reduzindo desde junho de 2015.

Por outro lado, conforme está apresentado na figura a seguir, o total de acessos banda larga fixa e móvel vem apresentando trajetória ascendente a partir de junho de 2013.



Quanto à arrecadação do ICMS Comunicação no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2017 foi de decréscimo de 9,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, e queda de 6,1% no resultado acumulado do período de janeiro a julho de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

## VEÍCULOS

A venda de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no Brasil em junho cresceu 13,5% em relação ao mesmo período do ano

passado, conforme dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve), associação que representa as concessionárias, num total de 194.954 unidades. Considerando o primeiro semestre de 2017, as vendas desses veículos totalizaram 1.019 mil unidades, um aumento de 20,6% sobre o mesmo período do ano passado.

Com isso, as projeções de expansão da Fenabreve para o segmento de automóveis e comerciais leves subiram para um avanço de 4,3% em 2017 em relação a 2016. Se consideradas as outras categorias (como ônibus, caminhões e motos), a expectativa é de queda, de 1,6%. As vendas de caminhões, por exemplo, recuaram 15,6% nos seis primeiros meses do ano, com 21.461 emplacadas.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), entidade que conta com 60 associados totalizando 136 concessionárias, embora tenha se registrado queda de 1,8% nas vendas de carros novos em junho de 2017 em comparação às verificadas no mês anterior, registrou-se aumento de 10,2% contra igual período de 2016. O levantamento apontou que em junho foram comercializadas 5.787 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus) ante 5.895 em maio.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2017 foi de acréscimo de 13,9% na comparação com o mesmo mês em 2016, acompanhando o aumento das vendas, e acréscimo de 3,1% no resultado acumulado do período de janeiro a julho de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

## **VENDAS NO VAREJO**

O volume de vendas no varejo surpreendeu positivamente ao subir 1,2% em junho, na série com ajuste sazonal, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada em 15 de agosto pelo IBGE. Em maio, o varejo saiu de queda de 0,1% para alta de 0,2%.

O resultado de junho veio bem melhor que a média estimada junto a 22 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Econômico, de alta de 0,42%. O intervalo das estimativas variava de queda de 0,5% a aumento de 1,1%.

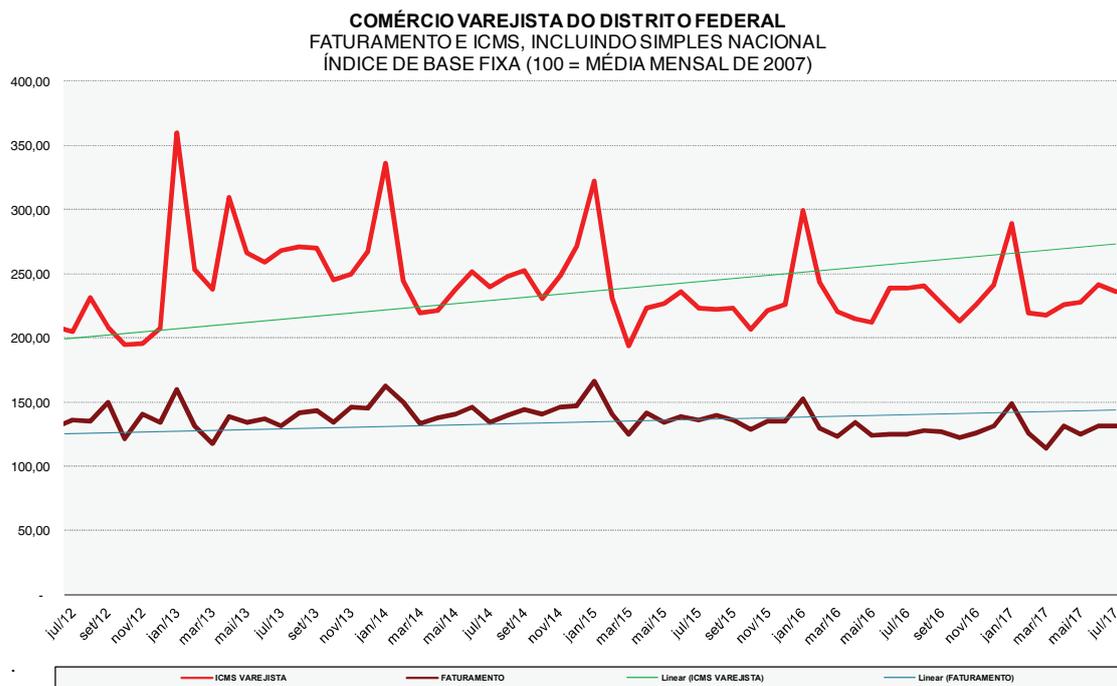
Na comparação com junho de 2016, o varejo cresceu 3,0%, terceiro resultado positivo consecutivo nessa comparação, porém mais intenso do que os verificados em maio (2,6%) e abril (1,7%), segundo o IBGE.

Os principais destaques positivos foram os setores de móveis e eletrodomésticos (2,2%); tecidos, vestuário e calçados (5,4%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,7%), segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

No Distrito Federal, o segmento de móveis teve alta de 44,3% ante o mês anterior, e materiais de construção, 28,6% - em ambos os casos, as maiores altas verificadas nos últimos 12 meses.

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2017 foi de queda de 3,4% na comparação com o mesmo mês em 2016, e decréscimo de 4,4% no resultado acumulado do período de janeiro a julho de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal mostrou queda em julho de 2017, enquanto que o faturamento apresentou leve aumento. Na ampliação da análise, depreende-se que nos últimos vinte e quatro meses a receita do ICMS varejo apresenta relativa estabilidade, ao passo que a receita nominal de vendas reporta suave declínio.



## ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, em nível nacional apresentou queda real de 1,21% no 1º semestre de 2017 comparado com o mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 3,72%, ocupando a 6ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas. Na Região Centro-Oeste, o DF apresentou a segunda melhor posição, conforme tabela a seguir.

**ICMS 1º Semestre (em R\$ milhões de junho/2017- INPC/IBGE)**

UF		2016	2017	Varição (em %)
AM	Amazonas	3.581,93	3.829,95	6,92%
SE	Sergipe	1.520,50	1.592,47	4,73%
MT	Mato Grosso	4.892,09	5.109,27	4,44%
PB	Paraíba	2.448,85	2.550,47	4,15%
PE	Pernambuco	6.724,37	6.978,65	3,78%
DF	Distrito Federal	3.708,68	3.846,72	3,72%
PI	Piauí	1.745,15	1.808,46	3,63%
AP	Amapá	355,27	368,03	3,59%
CE	Ceará	5.223,52	5.405,64	3,49%
BA	Bahia	9.821,28	10.115,06	2,99%
AC	Acre	518,73	531,88	2,54%
MG	Minas Gerais	21.082,59	21.545,33	2,19%
SC	Santa Catarina	8.906,67	9.088,60	2,04%
RN	Rio Grande do Norte	2.522,51	2.541,26	0,74%
TO	Tocantins	1.202,82	1.201,28	-0,13%
GO	Goiás	7.248,45	7.205,27	-0,60%
RR	Roraima	355,21	352,99	-0,63%
MA	Maranhão	2.990,32	2.971,02	-0,65%
SP	São Paulo	64.667,67	63.836,83	-1,28%
AL	Alagoas	1.797,00	1.769,91	-1,51%
RO	Rondônia	1.609,83	1.576,37	-2,08%
ES	Espírito Santo	4.622,69	4.507,03	-2,50%
MS	Mato Grosso do Sul	4.199,31	4.090,32	-2,60%
PR	Paraná	13.610,15	13.149,30	-3,39%
PA	Pará	5.184,60	4.942,03	-4,68%
RJ	Rio de Janeiro	17.128,42	16.201,66	-5,41%
RS	Rio Grande do Sul	15.526,56	13.491,97	-13,10%
BR	<b>BRASIL</b>	213.195,14	210.607,87	-1,21%

Fonte: COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

### ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em julho de 2017 totalizaram R\$ 30,9 milhões, que representa um acréscimo de 8,7% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimos de 4,2% para o ICMS e de 14,8% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Fevereiro/2017	15.286.136,36	131.937	11.149.371,97	127.142	26.435.508,33
Março/2017	14.793.500,00	133.170	11.839.172,20	128.703	26.632.672,20
Abril/2017	16.237.489,67	133.626	12.883.705,09	129.533	29.121.194,76
Maió/2017	16.708.899,32	135.212	12.590.670,98	131.484	29.299.570,30
Junho/2017	16.397.095,99	136.413	12.078.087,53	132.815	28.475.183,52
Julho/2017	17.081.241,65	137.444	13.860.765,54	134.069	30.942.007,19

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

### **ARRECAÇÃO DO ISS**

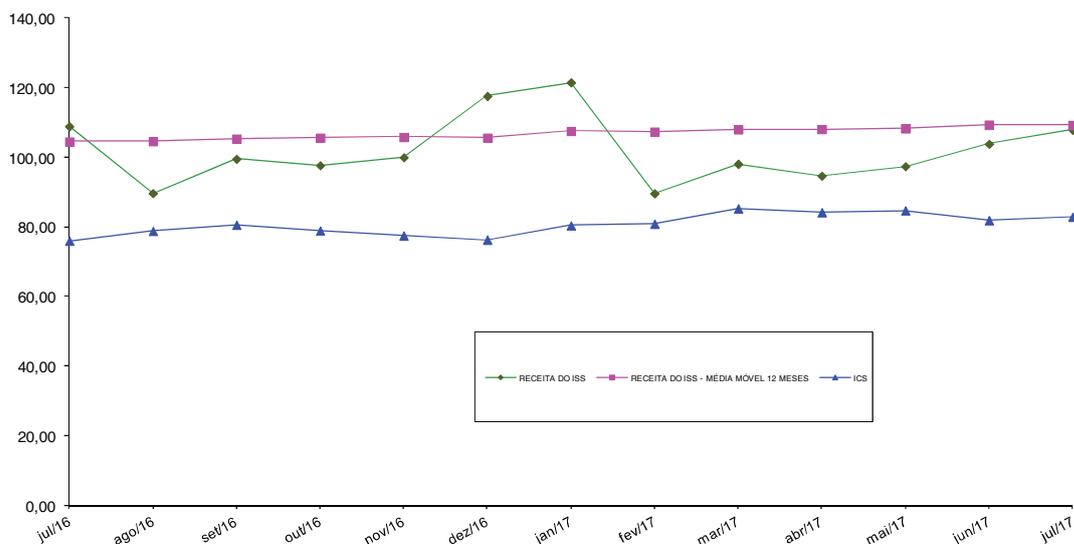
No mês de julho de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS contabilizou o montante de R\$ 137,75 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um decréscimo nominal de 0,9% na arrecadação, correspondente a uma perda real de 3,0%.

No período de janeiro a julho de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 910,5 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 6,0% e ganho real de 2,2%.

Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até julho de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.

**COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS x RECEITA DO ISS**



Fonte: SIGGO e IBRE/FGV.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS registrou alta de 1 ponto em julho, recuperando parte da perda de 2,8 pontos observada no mês anterior. Por sua vez a receita do ISS apresentou aumento em julho com relação ao mês anterior. Ressalte-se que houve um ligeiro decréscimo na média móvel da receita do ISS, que apresentava tendência de aumento até o mês anterior desde fevereiro de 2017.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de julho de 2017, o cadastro fiscal do DF possuía 163.564 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

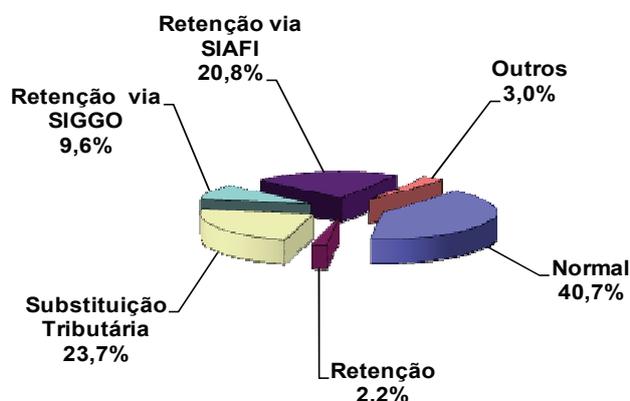
JULHO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	782	11.658	1.218	2.235	1.245	382	4.060	739	5.127	133	27.579
2) Substituto Tributário Interno -ISS			3		39						42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.176	16.968	12.519		12.500	4.568	8.110	5.590	20.803	1.758	87.992
5) SIMPLES NACIONAL	2.118	15.003	3.573	7	3.554	1.289	6.173	2.086	11.822	452	46.077
6) Sociedades Uniprofissionais	3	807	6	7	4	1	62	6	70	1	967
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				56							56
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	758	4		1		2		780
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF				61						1	62
<b>TOTAL</b>	<b>8.083</b>	<b>44.449</b>	<b>17.318</b>	<b>3.171</b>	<b>17.307</b>	<b>6.240</b>	<b>18.406</b>	<b>8.421</b>	<b>37.824</b>	<b>2.345</b>	<b>163.564</b>
PARTICIPAÇÃO	4,94%	27,18%	10,59%	1,94%	10,58%	3,82%	11,25%	5,15%	23,12%	1,43%	100,00%

No comparativo com o mês anterior houve um aumento de 1.646 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o SIMEI-Microempreendedor Individual e para o Regime Normal de Apuração, com acréscimos de 1.090 e 380 novas inscrições, respectivamente.

Em termos de participação por localidade, 27,2% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,1% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 16,9% estão no Regime Normal de Apuração, 53,8% no SIMEI, e 28,2% no Simples Nacional, e apenas 1,1% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em julho de 2017, o ISS Normal respondeu por 40,7% dos ingressos do imposto, a Substituição Tributária por 23,7% e a Retenção via SIAFI por 20,8%.

### ISS por Situação de Recolhimento julho de 2017



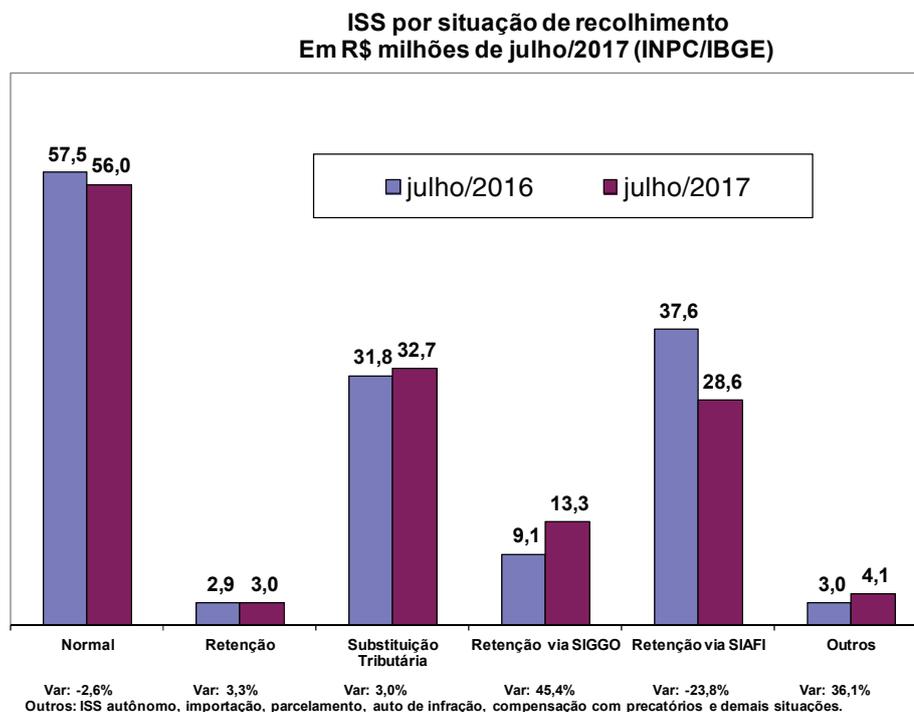
Verifica-se na tabela abaixo que em julho de 2017, em comparação com julho de 2016, os acréscimos da Retenção via SIGGO, Retenção, Substituição Tributária e Outros não suplantaram as reduções apresentadas nas modalidades Retenção via SIAFI e Normal, resultando em decréscimo real de 3,0% na arrecadação do imposto. Quanto ao período de janeiro a julho de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, houve aumento real das modalidades de recolhimento Outros, Retenção via SIAFI, Retenção, Retenção via SIGGO e Normal, que suplantou a queda verificada na Substituição Tributária, resultando em acréscimo real de 2,2% do ISS.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real <sup>1</sup> (em%)		Composição da arrecadação (jul-17)
	jul/16	jan-jul/16	jul/17	jan-jul/17	jul/17	jan-jul/17	
					jul/16	jan-jul/16	
Normal	57.534	384.352	56.021	388.328	-2,6%	1,0%	40,7%
Retenção	2.936	20.510	3.032	21.261	3,3%	3,7%	2,2%
Substituição Tributária	31.759	229.374	32.715	227.358	3,0%	-0,9%	23,7%
Retenção via SIGGO	9.128	69.615	13.273	71.579	45,4%	2,8%	9,6%
Retenção via SIAFI	37.577	176.139	28.617	184.460	-23,8%	4,7%	20,8%
Outros	3.009	14.031	4.095	20.347	36,1%	45,0%	3,0%
<b>Total da Arrecadação</b>	<b>141.943</b>	<b>894.021</b>	<b>137.752</b>	<b>913.333</b>	<b>-3,0%</b>	<b>2,2%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIGGO  
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

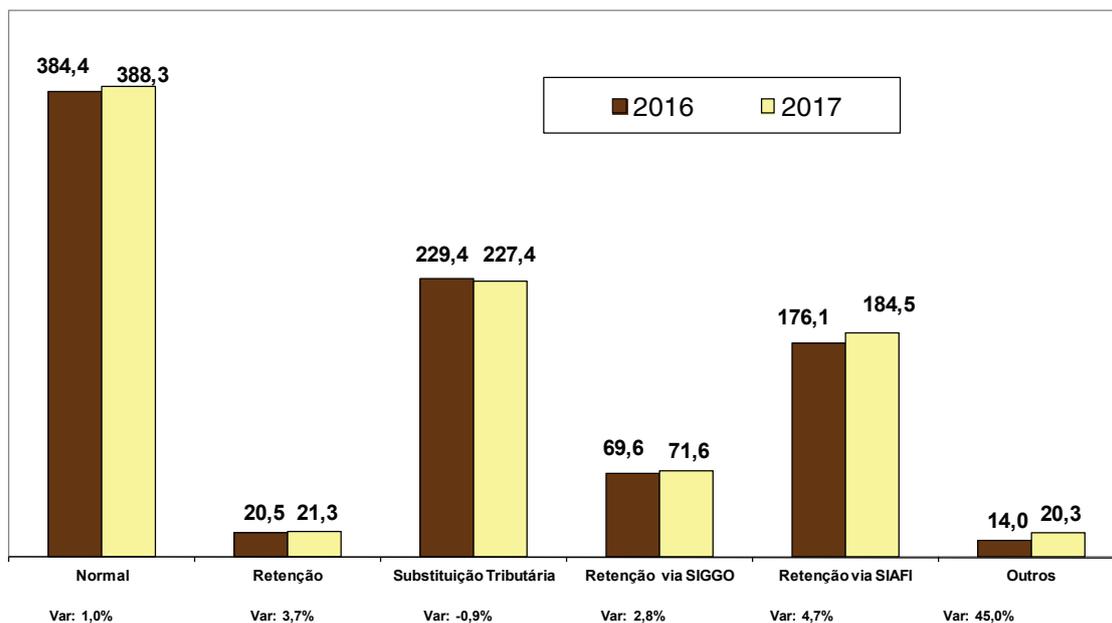
A figura seguinte ilustra a comparação mensal. A retração real do ISS de R\$ 4,2 milhões em julho de 2017 em comparação com julho de 2016,

verifica-se que esta se deveu principalmente as quedas observadas nas Retenções via SIAFI (-R\$ 9,0 milhões) e Normal (-R\$ 1,5 milhões). Ainda na comparação mensal, destaca-se o relevante aumento verificado na modalidade de Retenção Via SIGGO (+R\$ 4,1 milhões), e na modalidade de Importação (+R\$ 1,3 milhões), integrante do grupo Outros.

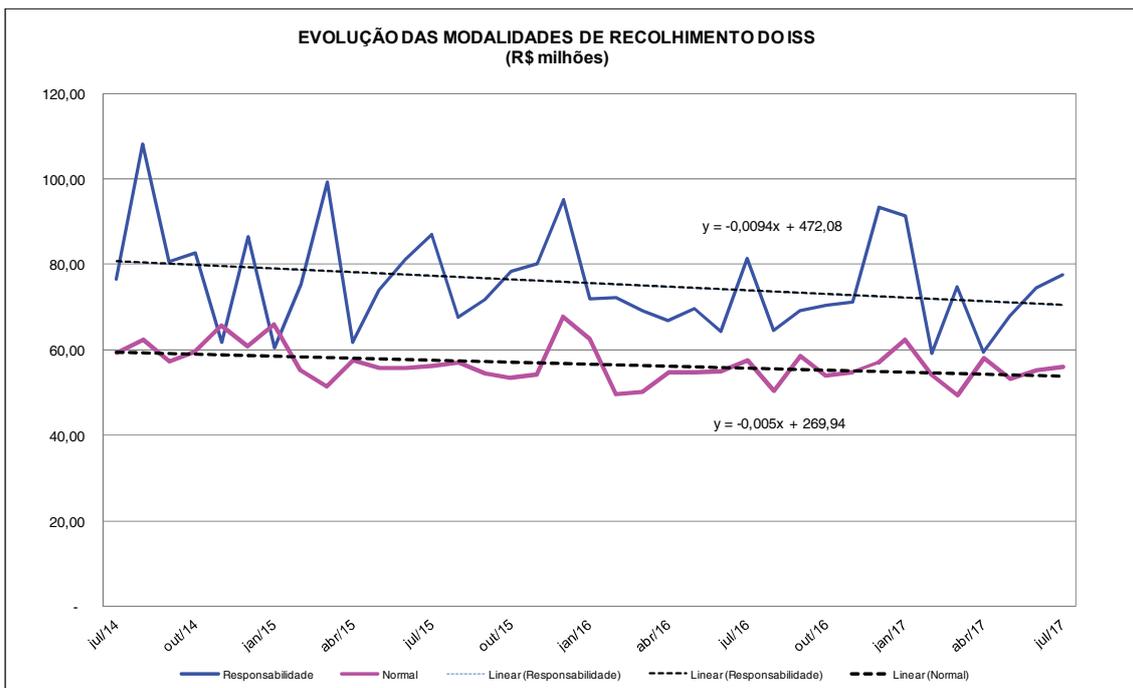


A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a julho de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior, pelas principais formas de recolhimento. Depreende-se que houve acréscimo real de receita para a maioria das modalidades excetuando-se o decréscimo real da Substituição Tributária (-R\$ 2,0 milhões). Dentre os principais acréscimos destacam-se a Retenção Via SIAFI (+R\$ 8,3 milhões), Importação (+R\$ 5,3 milhões) e o ISS Normal (+R\$ 4,0 milhões).

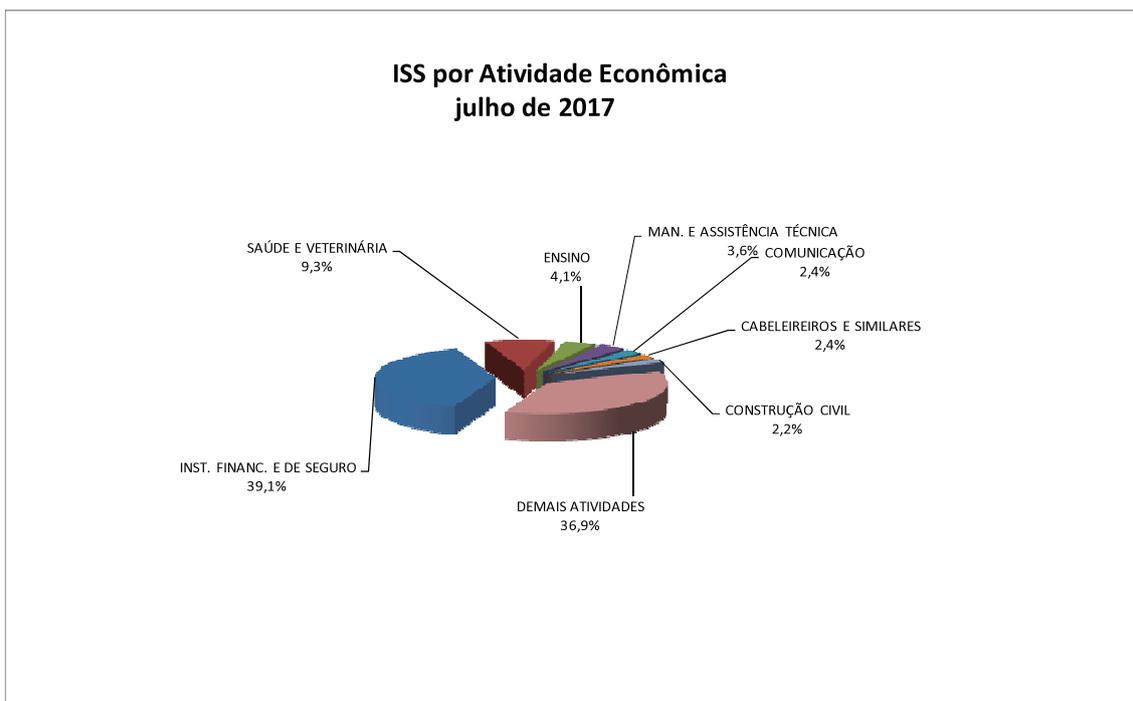
ISS por situação de recolhimento  
2017 contra 2016 (acumulado até julho)  
Em R\$ milhões de julho/2017 (INPC/IBGE)



O gráfico seguinte mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), a partir de julho de 2014. Observa-se que nos dados de julho, houve aumento tanto do recolhimento normal como da modalidade sob responsabilidade. No entanto, em ambas as modalidades a tendência ainda é declinante.

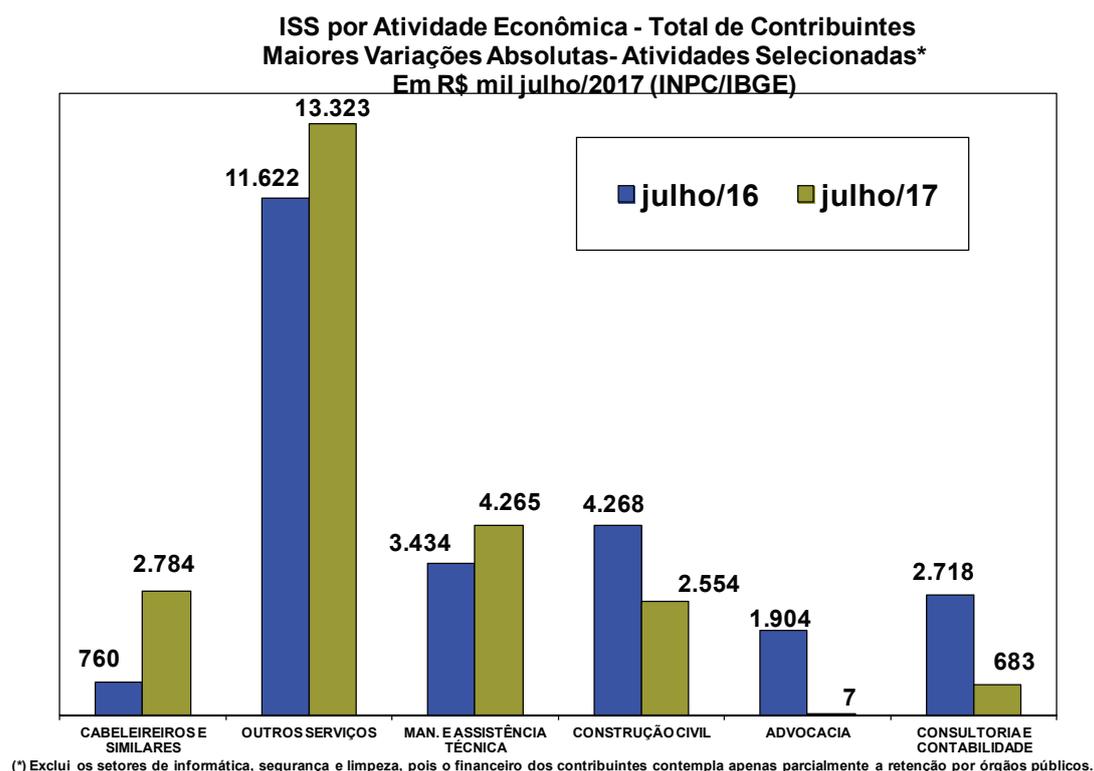


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em julho de 2017, verifica-se pelo gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto permanece no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro, de 39,1%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária de 9,3% e Ensino de 4,1%.



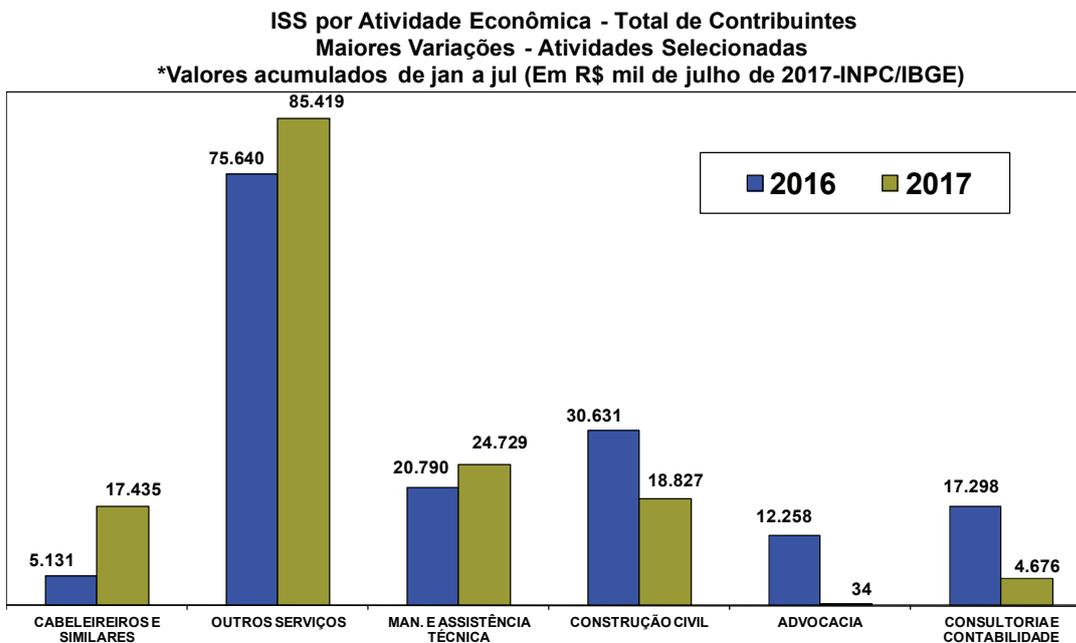
Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal e acumulada. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de julho de 2017 com o correspondente mês do ano anterior, verifica-se que os principais acréscimos se deram nas atividades de Cabeleireiros e Similares (+R\$ 2,0 milhões), Outros Serviços (+R\$ 1,7 milhões) e Manutenção e Assistência Técnica (+R\$ 0,8 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos Construção Civil (-R\$ 1,7 milhões), Advocacia (-R\$ 1,9 milhões) e Consultoria e Contabilidade (-R\$ 2,0 milhões).



Na comparação de 2017 frente a 2016 com dados acumulados até julho, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Cabeleireiros e Similares (+R\$ 12,3 milhões), Outros Serviços (+R\$ 9,8

milhões) e Manutenção e Assistência Técnica (+R\$ 3,9 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos Construção Civil (-R\$ 11,8 milhões), Advocacia (-R\$ 12,2 milhões) e Consultoria e Contabilidade (-R\$ 12,6 milhões).



(\*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

# **SÉRIES HISTÓRICAS**

(07 julho 2017 – Séries Históricas.xls)